Transparência Salarial e Igualdade Salarial: O que vai mudar para as empresas?



DATAS
15 de dezembro de 2026

HORÁRIO
9h30 - 12h30

PREÇO
Participação gratuita de inscrição obrigatória.

LOCAL
Auditório da AEP, Leça da Palmeira

DURAÇÃO

ENQUADRAMENTO

A **AEP** associa-se, como apoio institucional, à divulgação da **Sessão "Transparência e Igualdade Salarial: O que vai mudar para as empresas?"**, uma iniciativa da **JPAB | José Pedro Aguiar-Branco Advogados**. A sessão, presencial, realiza-se a **15 de dezembro**, das **9h30 às 12h30**, no **Auditório da AEP,** em **Leça da Palmeira.**

A Diretiva (UE) 2023/970 reforça as regras de transparência salarial e de igualdade de remuneração entre mulheres e homens, com impacto direto nas práticas de recrutamento, nas políticas remuneratórias e nas obrigações de informação das empresas. Em Portugal, uma parte destas matérias está enquadrada desde 2019 pela Lei n.º 60/2018, pelo que a evolução do quadro legal exige uma preparação atempada.

A sessão tem dois painéis. O primeiro apresenta o enquadramento legal, com a perspetiva da fiscalização da ACT e o ponto da situação do processo legislativo nacional. O segundo, de cariz prático, aborda a auditoria interna, a política remuneratória, as novas obrigações de reporte e a experiência em Espanha.

PROGRAMA

09h30 – Receção

10h00 – Abertura

- **Luís Miguel Ribeiro**, Presidente do CA da AEP
- **Pedro Botelho Gomes**, Presidente do CA da JPAB

10h10 – Painel I

Enquadramento legal: da Lei n.º 60/2018 à Diretiva (UE) 2023/970

- **Daniela Carvalho Teixeira, JPAB** – Obrigações em vigor desde 2019, o papel da ACT e as novas regras no recrutamento e durante o contrato.
- **Amélia Almeida, ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho** – A perspetiva da fiscalização.
- **Isabel Moniz, JPAB** – O processo legislativo nacional: o que muda face à Diretiva e o que falta transpor.

Perguntas e respostas

11h00 – Coffee break

11h20 – Painel II

Da teoria à prática: auditoria, política remuneratória e reporte

- **Joana Carneiro, JPAB** – Moderadora
- **João Pinto dos Reis, JPAB** – Como fazer uma auditoria interna às práticas remuneratórias.
- **Constança Pimenta, JPAB** – Política remuneratória: critérios, bandas salariais e fatores objetivos de diferenciação.
- **Inês Cardoso Pereira, JPAB** – Novas obrigações de reporte e resposta a pedidos de informação dos trabalhadores.
- **Albert Toledo Oms, Ceca Magán** – Experiência em Espanha.

Perguntas e respostas

Contacte a AEP para mais informações:
AEP Formação
Isabel Tróia
Tel: +351 924 128 842* | inscricoes.formacao@aeportugal.pt
https://www.aeportugal.pt/pt/aep-formacao

* chamada para a rede móvel nacional

12h20 – Encerramento

OBJETIVOS

Dar a conhecer as obrigações legais em matéria salarial, em particular a informação de prestação obrigatória aos trabalhadores e às entidades competentes, e apoiar as empresas na adoção de políticas e práticas remuneratórias transparentes, objetivas e não discriminatórias, à luz do novo enquadramento europeu em matéria de transparência salarial (Diretiva (UE) 2023/970).

DESTINATÁRIOS

Dirigentes e responsáveis de recursos humanos de empresas e, eventualmente, responsáveis financeiros e pessoas responsáveis pelo processamento de salários e pelo envio do Relatório Único à ACT.

CONTACTO

AEP – Associação Empresarial de Portugal

Cláudia Fernandes | claudia.fernandes@aeportugal.pt
Tlm: +351 925 657 587 (Chamada para a rede móvel nacional)